

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/270890148>

# Antropologia aplicada: desenvolvimento, modelos de trabalho e desafios éticos

Article · December 2014

CITATIONS

0

READS

5,542

1 author:



Lúcio Sousa

Universidade Aberta

51 PUBLICATIONS 100 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Ruy Cinatti, etnógrafo e poeta | Ruy Cinatti, ethnographer and poet [View project](#)



As migrações forçadas em Portugal e no espaço lusófono (1960 - 2015): estudos exploratórios / Forced migrations in Portugal and in the Lusophone space (1960 - 2015): exploratory research [View project](#)

# Antropologia aplicada: desenvolvimento, modelos de trabalho e desafios éticos

Lúcio Sousa\*

## Resumo

A antropologia é reconhecida como uma ciência que produz um conhecimento simultaneamente abrangente e localizado sobre as sociedades humanas. A sua especificidade advém de ser uma disciplina de fronteira, que interliga temas envolventes ao conhecimento da humanidade e dos seus grupos sociais e práticas culturais. Todavia, a esta vertente predominantemente epistemológica e académica junta-se outra, menos reconhecida, associada à sua dimensão aplicada. Este artigo pretende apresentar, de uma forma sucinta, os principais aspetos que caracterizam a antropologia aplicada. Em que consiste, como surgiu e se desenvolveu, quais os campos de trabalho e funções desempenhadas e, por fim, os desafios éticos que norteiam a sua prática.

**Palavras-chave:** antropologia aplicada, modelos de trabalho, funções e ética

## Rezumu/abstratu

Antropolojia ne'e konesida nudar ciência ida nebe produs konesimentu, mesmu tempu, abrangente e lokalijadu ba sociedade emar sira. Ninia spesifisidade mak nudar *disciplina lutun* (disciplina de fronteira) nebe liga temas envolventes sira ba konesimentu humanu nó ninia grupos sociais nó prátika cultural sira. Nune mos, ninia vertente halai liu ba epistemológika e akadémika hodi tau hamutuk hó sira seluk, menus konesidu, nebe asosia liu ba iha dimensaun aplicada. Artigu ida ne'e atu hato'o informasaun badak ida konabá aspetus prinsipais nebe mak karaterija antropolojia aplikada. Iha parte saída maka nia konsite, ninia hun e iha parte ida nebe maka nia desenvolve na, kampus trabalho nó funsoes desempenhadus ne'e mak saída nó, ikus liu, desafiuis étikus saida mak hadulas ninia asaun prátika.

---

\* Professor Auxiliar da Universidade Aberta - Portugal. Membro integrado do Centro de Estudos das Migrações e Relações interculturais (CEMRI); colaborador do Instituto de Estudos de Literatura Tradicional (IELT). [Lucio.Sousa@uab.pt](mailto:Lucio.Sousa@uab.pt)

**Abstract**

Anthropology is recognized as a science that simultaneously produces a comprehensive and located knowledge on human societies. Its specificity originates with the fact that it is a frontier discipline that interconnects a multitude of subjects pertaining to the knowledge of humanity and its social groups and cultural practices. However, this predominantly epistemological and academic endeavor is joined by another, less recognized, effort, associated with its applied dimension. This article intends to present, in a concise approach, the main aspects that characterize applied anthropology. What is, how it emerged and developed, which labor fields and tasks are performed, and finally, the ethical challenges that guide their practice.

**Key words:** applied anthropology, working models, work assignments and ethics

## **Antropologia aplicada: desenvolvimento, modelos de trabalho e desafios éticos**

### **1. Introdução: a antropologia como ciência aplicada**

A antropologia, enquanto ciência, produz um conhecimento que muitos consideram somente acadêmico. É um saber que, de uma forma geral, pretende compreender o *Outro* e traduzir essa realidade múltipla e diversa que constitui a Humanidade na sua dimensão social e cultural. Todavia, desde a sua constituição este mesmo saber foi aproveitado com propósitos e interesses práticos, quer por antropólogos quer por não antropólogos.

O campo privilegiado de atuação e saída profissional tradicional em antropologia foi o domínio acadêmico. Todavia, com a formação crescente de um número cada vez maior de licenciados o acesso profissional à academia diminuiu e muitos antropólogos começaram a desenvolver as suas carreiras fora do quadro institucional acadêmico.

Esta transferência não é pacífica e o desafio epistemológico que coloca torna pertinente questionarmo-nos, como faz Pereiro (2005) se a

antropologia é um saber aplicável? Deve a antropologia ser aplicada? É a antropologia aplicada diferente da antropologia? É uma disciplina ou subdisciplina com métodos e teorias diferentes? Ou o que mudam são só os agentes de aplicação? Se é diferente, o que o faz diferente? Acaso na história da antropologia, a produção de conhecimento antropológico não teve a sua aplicação? É a antropologia aplicada o mesmo que antropologia implicada? É a antropologia aplicada o “patinho feio” da antropologia? Torna-se necessário fazer da antropologia aplicada uma segregação da antropologia? Se a antropologia deve entender cada cultura nos seus próprios termos (sic), que justifica que um antropólogo de outra cultura diga aos membros dessa mesma cultura o que devem fazer? (2005, 3)

Como refere o autor a desconfiança perante a tarefa da antropologia e a sua aplicação tem sido recorrente, nomeadamente pela possibilidade, aplicada ou implicada, de através dela se participar na dominação do “Outro”. Será então a antropologia aplicada um “patinho feio”, ou como refere Campêlo (s.d.), o “parente pobre da antropologia geral”? Embora a relação entre a prática “académica” e a prática aplicada do conhecimento antropológico não seja recente tem uma crescente aplicabilidade e visibilidade social que analisaremos de seguida.

A delimitação dos campos teóricos e aplicados faz parte já dos principais manuais académicos de referência. Por exemplo, Kottak (2007), reconhece na Antropologia estas duas dimensões: 1) antropologia teórica ou académica e 2)

antropologia aplicada ou prática. O autor expõe num quadro comparativo o relacionamento dos quatro campos tradicionais da antropologia<sup>1</sup> com as áreas usuais de aplicação (Quadro 1).

Quadro 1

Tábua 1.3 Os quatro subcampos e as duas dimensões da Antropologia	
Subcampos da Antropologia (Antropologia geral)	Exemplos de aplicação (Antropologia Aplicada)
<u>Antropologia cultural</u>	<u>Antropologia do desenvolvimento</u>
<u>Antropologia arqueológica</u>	Gestão de recursos culturais
<u>Antropologia biológica ou física</u>	<u>Antropologia forense</u>
<u>Antropologia linguística</u>	Estudo da diversidade linguística nas aulas

Kottak (2007, 17) <sup>c</sup>

A antropologia aplicada refere-se, para o autor, à utilização dos dados, perspectivas, teorias e métodos antropológicos para identificar, avaliar e resolver problemas sociais contemporâneos (2007: 16). Como refere o autor, os campos de aplicação do conhecimento antropológico fora do domínio académico são variados:

Os antropólogos (...) aplicam os seus conhecimentos para o estudo da dimensão humana de degradação ambiental (por exemplo, a desflorestação, a poluição) e as mudanças climáticas globais, examinando como o ambiente influencia os seres humanos e como as atividades humanas afetam a biosfera e a própria terra. (...) Antropólogos físicos aplicados relacionam padrões de feridas na análise de erros de conceção de aeronaves e veículos. Etnógrafos têm influenciado a política social mostrando que existem fortes laços de parentesco nos bairros das cidades, cuja organização social era anteriormente considerado como "fragmentada" ou "patológica". Algumas sugestões para melhorias no sistema educacional vêm de estudos etnográficos em classes da escola e comunidades (...). Antropólogos linguísticos mostram a influência das diferenças de dialeto na aprendizagem em sala de aula. (Kottak, 2007: 16-17).

Esta descrição das múltiplas possibilidades do trabalho aplicado em antropologia continua, no entanto, a enfatizar a ligação com antropólogos académicos, sedeados em universidade, e que desdobram a sua atividade em parcerias com a sociedade civil. Todavia, a evolução recente é, sobretudo, para uma autonomização destes papéis sociais pois muitos antropólogos formados desempenham as suas funções exclusivamente fora do contexto universitário. Analisaremos, mais à frente, como evoluiu este processo.

<sup>1</sup> Estes quatro campos da antropologia espelham, sobretudo, a herança da antropologia nos Estados Unidos da América, em que se inclui, usualmente, a arqueologia no departamento antropológico (na Europa a arqueologia está sobretudo associada à História).

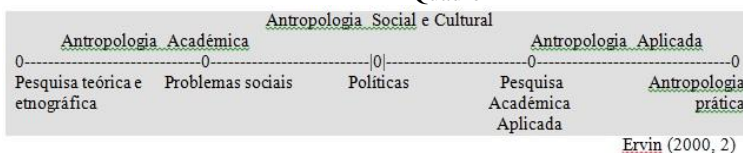
## 2. O conceito de Antropologia aplicada

A introdução proposta com base em Kottak (2007) revela a dimensão “utilitária” da antropologia aplicada que é fundamental aprofundar. Para Willigen (1986: 7) a antropologia aplicada é a “antropologia colocada a funcionar...”. Isto é: “(...) uma rede de processos, baseada em pesquisa e métodos instrumentais que produzem mudança ou estabilidade em sistemas culturais específicos através do fornecimento de dados, de ação direta e / ou a formação de políticas.” (1986: 8). Por sua vez, Ervin considera que a antropologia aplicada não é uma “pesquisa passiva ou mera crítica social. É quase sempre encomendada por uma organização fora da academia. O objetivo pode ser o fornecimento de informação que enquadre o contexto social e cultural e as circunstâncias de populações particulares, mas normalmente os clientes esperam recomendações concretas para fins específicos” (Ervin, 2000:4)

Outra noção associada é a de “antropologia prática” (*practicing anthropology*), usada comumente, reflete a dimensão exterior ao mundo académico. Segundo Ervin (2000) esta vertente desenvolveu-se sobretudo a partir dos anos setenta para designar os antropólogos que trabalham fora da esfera universitária. Estes, mais do que empenhados em reflexões de carácter teórico, estão envolvidos na ação, administração e implementação de programas ou projetos, não só como funcionários públicos mas como consultores ou assessores, quer em entidades públicas ou privadas, como empresas ou organizações não-governamentais.

Apesar desta vocação prática e política, persiste uma ligação entre a antropologia académica e a aplicada consentindo o desenvolvimento de novas abordagens teóricas e procedimentos metodológicos. De facto, como refere Ervin (2000) é possível estabelecer uma relação de continuidade entre ambas. Um *continuum* no qual o eixo axiológico se transmuta com a presença do domínio das políticas, isto é medidas concretas para a ação pública (Quadro 2).

Quadro 2



O acervo de dados obtidos pelos estudos teóricos e etnográficos é imenso e a flexibilidade entre os polos deste contínuo alimentam continuamente a produção de novo saber, teórico e aplicado. Todavia, o reconhecimento desta dimensão política das medidas e ações dos antropólogos, académicos ou não, obriga a uma postura nova epistemológica e ética.

Alguns antropólogos trabalharam, sobretudo a partir dos anos sessenta, temas eminentemente sociais estabelecendo uma ponte que viria a ser atravessada através do polo axiológico definido pela análise de políticas. Embora este trabalho tenha sido desenvolvido inicialmente em contexto académico, cada vez mais tem como origem o exterior da academia: solicitado por alguém, comunidade ou instituição, com o objetivo de obter elementos que sustentem tomadas de decisão relativas a problemas sociais concretos e não para questões teóricas (postura que tende a esbater-se com a criação de pontes entre ambas, em congressos, associações e revistas como a *Human Organization*).

Atualmente, observa-se que muitas universidades procuram estabelecer meios de providenciar esta relação com a sociedade, constituindo centros de pesquisa que visam desenvolver estudos relacionados com problemáticas específicas da sociedade.

### **3.O desenvolvimento da antropologia aplicada**

Uma breve resenha das fases do desenvolvimento histórico da antropologia aplicada ajudam-nos a compreender a sua evolução mas também os interesses aplicados. Seguiremos de perto nesta recensão Ervin (2000) e Baba e Hill (2006). Ervin (2000: 14-26) identifica cinco fases de desenvolvimento da antropologia aplicada que adotaremos nesta exposição: as origens no século XIX, o período entre as duas guerras mundiais, a Segunda Grande Guerra e o período imediato do pós-guerra, o período entre 1950-1970 – no qual domina uma antropologia aplicada académica e consultadoria para o desenvolvimento. Numa última fase emerge uma “nova antropologia aplicada” de *política* e prática dos anos setenta até ao presente.

#### **3.1 A Antropologia Aplicada no século XIX**

A dimensão aplicada da antropologia em questões sociais está presente no início da disciplina. A *Ethnological Society of London* (1843) e a *Anthropological Society of London* (1863), associações fundacionais da antropologia no século XIX, havia já a preocupação em promover a emancipação da sociedade da época de ideias preconcebidas, dominadas pelas questões de raça e de pobreza. A vertente mais académica da antropologia desenvolve-se com a *Royal Anthropological Society of Great Britain and Ireland* em 1883 e a nomeação no mesmo ano de Edward Tylor, para a regência da disciplina em Oxford. A antropologia era considerada na época como uma disciplina fundamental na educação dos funcionários coloniais sobre os

costumes nativos. Esta associação com o colonialismo vai ser objeto de crítica acervo posterior.

Enquanto no Reino Unido a preocupação era sobretudo com as colónias, nos Estados Unidos da América, o interesse dominante provinha da aplicabilidade do saber antropológico no conhecimento e resolução de problemas decorrentes da incorporação das comunidades nativas americanas, usualmente designadas “índios”, na agenda política da época. Desde cedo esta foi uma área de conflito entre os antropólogos e os políticos, cujos objetivos imediatos se contrapunham à necessidade de tempo e às visões dos antropólogos<sup>2</sup>. Todavia, é nos Estados Unidos da América que desponta a figura de Franz Boas, o pai da antropologia norte americana, que desenvolve uma antropologia aplicada, procurando salvaguardar a riqueza das populações nativas americanas. Foi igualmente um dos primeiros a desenvolver a *advocacia antropológica* defendendo argumentos que negavam as teorias migratórias restritivas vigentes na época e que impediam a proveniência de populações de outros pontos da Europa que não as do Norte da Europa.

### 3.2 A antropologia aplicada entre as duas Guerras Mundiais

Este período corresponde à afirmação da antropologia na Universidade. Na Inglaterra desenvolveu-se o funcionalismo com Bronislaw Malinowski e Radcliffe-Brown, enquanto nos EUA se desenvolve a escola de aculturação, influenciada por Franz Boas. Ambas as escolas abordavam as sociedades na sua contemporaneidade e manifestam preocupações aplicadas. No caso inglês esta preocupação era vocacionada para as populações do império e, no caso americano, para com as suas populações nativas.

Em 1929 Malinowski<sup>3</sup> escreve o artigo: *Practical Anthropology*, no qual defende a utilidade prática da antropologia na administração colonial, proporcionando dados sobre as populações nativas e ajudando assim as administrações na sua governação e no processo de mudança a que estavam a ser sujeitas. No entanto, advoga que as mudanças, políticas ou económicas, devem ser feitas de acordo com os princípios locais, contanto que estes não choquem com as leis britânicas. De igual forma defende que nos locais onde se

---

<sup>2</sup> Para saber mais: Bieder, Robert. 1989. *Science Encounters the Indian, 1820-1880: The Early Years of American Ethnology*. University of Oklahoma Press. Acessível parcialmente: [http://books.google.pt/books?id=ChvKnFayeB8C&pg=PA149&lpg=PA149&dq=Indian+policy+Henry+Schoolcraft&source=bl&ots=UcXZgg8-jw&sig=GQOaz0aYmRszINX2n31OvuGZ238&hl=pt-PT&sa=X&ei=JpWXUMK2D86Thgfb3IGYDg&redir\\_esc=y#v=onepage&q=Indian%20policy%20Henry%20Schoolcraft&f=false](http://books.google.pt/books?id=ChvKnFayeB8C&pg=PA149&lpg=PA149&dq=Indian+policy+Henry+Schoolcraft&source=bl&ots=UcXZgg8-jw&sig=GQOaz0aYmRszINX2n31OvuGZ238&hl=pt-PT&sa=X&ei=JpWXUMK2D86Thgfb3IGYDg&redir_esc=y#v=onepage&q=Indian%20policy%20Henry%20Schoolcraft&f=false)

<sup>3</sup><http://pt.scribd.com/doc/87349764/PracticalAnthropology-Malinowski>



encontrem poucos funcionários ingleses a administração local deve ser conferida às populações autóctones. Defende que os antropólogos devem estar envolvidos no trabalho com a administração e procura que os seus estudantes obtenham colocações nestas áreas (tal como Radcliffe-Brown irá procurar obter para os seus alunos).

Nos Estados Unidos da América os antropólogos estiveram envolvidos no *Bureau of Indian Affairs* durante a política do *New Deal* que se segue à Grande Depressão de 1929. Muito deste trabalho foi relacionado com a problemática da posse das terras. Por seu turno, no *Bureau of American Anthropology* foi criada uma unidade específica, a: *Applied Anthropology Unit*. Todavia, esta participação foi marcada por conflitos entre as necessidades dos políticos e as posturas dos antropólogos, nem sempre concordantes. Segundo Julian Steward (1969) referido por Ervin (2000) as visões políticas eram paternalistas e românticas e estas ideias enformavam muitas das medidas políticas entrando em contradição com a realidade e diversidade local dos grupos afetados.

A participação da antropologia durante este período foi objeto de crítica posterior sobre o seu papel quer nas políticas de governação colonial indireta dos ingleses quer nas políticas assimilacionistas americanas. A partir dos anos 30 também se procurou aplicar a antropologia aos negócios e indústria em estudos sobre a motivação e produtividade dos trabalhadores de que são exemplo os estudos de Lloyd Warner na Harvard Scholl of Human Relations.

### **3.3 A antropologia aplicada durante a Segunda Grande Guerra e no pós-guerra**

O esforço de luta durante a Segunda Grande Guerra Mundial vai suscitar o envolvimento de múltiplas áreas científicas e, entre estas, a antropologia. Muitos antropólogos estiveram envolvidos, direta ou indiretamente, no esforço de guerra. Nos Estados Unidos da América e na Inglaterra realizaram-se estudos sobre o inimigo para que os militares pudessem saber com quem se estavam a confrontar. O mais conhecido destes estudos foi o de Ruth Benedict, sobre os japoneses: *O Crisântemo e a Espada*. Outros estudos versaram acerca das populações amigas onde um elevado número de soldados americanos estavam destacados, como no caso da Inglaterra, de forma a se elaboraram guias de contato. Finalmente registe-se os estudos sobre a gestão de campos de concentração de populações, como foi o caso dos americanos de origem japonesa nos EUA.

Dada a extensão da guerra foram desenvolvidos estudos de áreas para conhecer os locais e as suas populações, como no caso da Ásia e do Pacífico. Estes dados vieram a ser utilizados durante a guerra mas também após,

nomeadamente na governação de áreas que ficaram sobre a dependência de uma das potências vencedoras. Em alguns casos o saber dos antropólogos em determinadas áreas foi crucial para o seu aproveitamento para o esforço de guerra. Um dos casos mais conhecidos será o de Edmund Leach, que desempenhou um papel ativo no teatro de guerra na Birmânia<sup>4</sup> país sobre o qual viria a escrever o seu principal trabalho.

### **3.4 A Antropologia Aplicada Académica e a consultoria para o desenvolvimento: 1950-1970**

Após a guerra dois factos contribuíram para uma primeira retração da antropologia aplicada e um reflorescimento da antropologia académica: a expansão do ensino universitário permitiu que um maior número de antropólogos obtivesse uma colocação académica, por outro lado, muitos cientistas sociais temeram a utilização do conhecimento científico gerado na sequência da utilização desse conhecimento na produção de bombas atómicas.

No entanto, a antropologia aplicada não desapareceu, sendo desenvolvida a partir do contexto académico. Entre os temas de trabalho a questão dos índios americanos foi defendida por Sol Tax que viria a incrementar com os seus estudantes uma corrente denominada *antropologia de ação (intervenção)* (Willigen, 1986), em que as preocupações de investigação não se centravam tanto na questão académica mas sim nas necessidades das populações com que se trabalhava, consideradas co investigadoras com os universitários.

Um tema que se tornou recorrente neste período pós colonial foi o do desenvolvimento relativo às populações nativas americanas bem como às populações dos novos países emergentes da descolonização em curso. Um projeto único foi desenvolvido por Allan Holmberg (1958) definido como um método de “Pesquisa e Desenvolvimento”. Denominado Projecto *Vicos*, tinha como princípio a ideia de que é possível utilizar o conhecimento científico na valorização da dignidade humana. A comunidade de Vicos fica situada numa fazenda do Peru que foi comprada com fundos da Universidade de Cornell. Pretendia-se que o poder e conhecimento resultantes da investigação fossem usados para melhorar a vida dos seus participantes.

---

<sup>4</sup> Para saber mais: Tambiah, Stanley. 2001. *Edmund Leach: An Anthropological Life*. Cambridge University Press. Disponível parcialmente: [http://books.google.pt/books?id=WBfBkGvRmowC&pg=PA43&lpg=PA43&dq=edmund+leach+army+officer&source=bl&ots=Bzz-2ROkcJ&sig=ZExEhV5i19q\\_Fjc9BrT6csMaLiQ&hl=pt-PT&sa=X&ei=B5qXUI25IMS4hAf7s4GQAw&redir\\_esc=y#v=onepage&q=edmund%20leach%20army%20officer&f=false](http://books.google.pt/books?id=WBfBkGvRmowC&pg=PA43&lpg=PA43&dq=edmund+leach+army+officer&source=bl&ots=Bzz-2ROkcJ&sig=ZExEhV5i19q_Fjc9BrT6csMaLiQ&hl=pt-PT&sa=X&ei=B5qXUI25IMS4hAf7s4GQAw&redir_esc=y#v=onepage&q=edmund%20leach%20army%20officer&f=false)

Muitos programas internacionais começaram neste período a ser apoiados por antropólogos sedeados em universidades. Entre os mais reconhecidos citamos George Foster em Berkeley e Ward Goodenough.

### **3.5 A emergência de uma “Nova Antropologia Aplicada”: dos anos 70 até à atualidade**

Este período assenta na utilização da antropologia centrada na política e na prática. Embora se desenvolva a partir dos anos setenta as suas origens estão nas preocupações sociais dos anos sessenta, um período de lutas anticoloniais, novos nacionalismos a emergência dos novos Estados africanos, a Guerra Fria e as guerras nacionalistas como a do Vietname. Tornou-se claro ao longo deste período que os antropólogos não poderiam estudar as comunidades isoladas do contexto político e social em que se inserem, nem podiam os cientistas fazer o seu trabalho sem ter em conta as situações delicadas em que muitas dessas populações se encontravam.

Durante este período muitos antropólogos foram contratados para trabalhar em organizações governamentais e não-governamentais internacionais e, de forma crescente, para grupos locais. Este facto ocorre ao mesmo tempo que siem da universidade um cada vez maior número de formandos com graus académicos de mestrado e doutoramento que não encontram nesta uma saída profissional. A *advocacia* tornou-se cada vez mais importante à medida que alguns antropólogos começaram a usar o seu conhecimento para sustentar e defender posições de populações e comunidades que se organizaram para obter direitos sobre terras, bens ou controlo de atividades económicas. Estas comunidades tanto podiam ser isoladas e remotas como urbanas, em que os problemas de racismo e pobreza se tornaram urgentes.

O conhecimento antropológico passou a fazer parte de outras disciplinas que procuraram nele a abordagem que lhes faltava para se confrontarem com a prática e resolução dos problemas sociais. A importância desta área observa-se pelo desenvolvimento de programas de antropologia aplicada em instituições académicas ao longo dos anos setenta, ligando níveis académicos, como mestrados e doutoramentos, a estudos concretos de terreno e formando estes um trampolim para a empregabilidade dos antropólogos fora da universidade. Ao mesmo tempo, este campo desenvolve-se e criam-se publicações próprias da área interligando praticantes, permitindo partilhar experiências, exemplo das *Society for Applied Anthropology* e a sua revista *Human Organization* ou *Practicing Anthropology* na Universidade da Florida. Na década de 80 a American Anthropological Association criou a unidade *National Association for the Practice of Anthropology*.

#### 4. Modelos de trabalho e funções desempenhadas em antropologia aplicada

Feita uma recensão breve da evolução da antropologia aplicada iremos agora proceder a uma análise das suas potenciais aplicabilidades. A proposta de Chambers (1989, 17-18), que resume em quatro os seus diferentes estilos ou modelos de trabalho, é relevante neste contexto. Para o autor a antropologia aplicada poderá desenvolver:

1. Pesquisa básica: direcionada para problemas genéricos de mudança social e cultural, e de forma crescente para as temáticas que envolvem a transferência de conhecimentos (embora mais associada à pesquisa tradicional a sua produção é resposta direta a um pedido ou necessidade sentida e manifestada).
2. Pesquisa aplicada: que tem por objetivo a resolução de questões concretas, sendo sujeito por isso não só a critérios científicos como a validade e a fiabilidade mas também a critérios de utilidade, como a relevância, o significado e a credibilidade;
3. Transferência de conhecimento: nesta área o objetivo não é a produção de novo conhecimento mas a sua transmissão no ensino como professor ou formador ou no planeamento, avaliando determinados parâmetros de qualidade de projetos com base nos conhecimentos antropológicos;
4. tomada de decisão: ocorre quando o antropólogo participa no processo de tomada de decisão relativa a determinada área do projeto, sendo mais recorrente a que envolve a determinação do tipo e qualidade de cuidados a tomar para com clientes sobretudo em quadros sociais de diversidade cultural. (exemplo, uma enfermeira especializada em antropologia).

Estas quatro áreas envolvem, como podemos observar, os antropólogos em diversos momentos do processo de formulação de políticas de desenvolvimento e, em particular, desenvolvimento comunitário.

Quais as funções desempenhadas pelos antropólogos fora do contexto académico? Estas são variadíssimas segundo Willigen (1986). O autor lista um conjunto de funções especializadas aplicadas desenvolvidas por antropólogos. Nestas funções a sua formação teórica e metodológica adquirida constitui uma mais-valia no desempenho de tarefas a que, usualmente, não se associam estes profissionais:

- Politólogo – providência dados culturais para que os decisores políticos possam tomar decisões informadas;
- Avaliador – efetua pesquisa para determinar se um programa teve sucesso;
- Responsável por estudos de impacto – analisa os efeitos de um projeto, programa ou política numa comunidade local;

- Responsável pelo levantamento de necessidades – efetua pesquisa para determinar se um projeto ou programa é necessário;
- Programador – ajuda a conceber programas ou políticas;
- Responsável pela análise dos resultados da pesquisa – interpreta resultados de pesquisa de modo a que decisores políticos, programadores e administradores possam tomar decisões tendo em conta questões culturais sensíveis;
- Advogado – apoia ativamente um grupo ou comunidade;
- Formador – dá formação profissional em contextos interculturais sobre a cultura de uma comunidade ou sobre técnicas de investigação;
- Mediador cultural – atua em ligação entre a entidade que fornece o programa e a comunidade local;
- Testemunha qualificada – provê dados de pesquisa relevantes como parte de um processo judicial;
- Promotor de campanhas públicas – promove educação pública sobre a temática usando os média e encontros públicos;
- Administrador / gestor – não sendo comum, alguns antropólogos participam diretamente como responsáveis de programas assumindo funções diretivas;
- Agente de mudança – usualmente desempenhado como parte de outras tarefas, esta função ocorre sobretudo no contexto de Antropologia de ação/intervenção ou Antropologia do desenvolvimento;
- Terapeuta – é um papel raro, também designado como antropólogo clínico, envolve o conhecimento especializado de terapias específicas.

Esta lista assenta sobretudo em antropólogos formados no âmbito da antropologia cultural ou social. Não são incluídas nesta lista os formados em áreas como a antropologia biológica ou médica, ou os que se formaram em áreas confluentes com outras ciências como a etnobotânica, cujo campo especializado constitui uma área de interesse teórico e prático em muitas atividades e projetos fora da academia. Todavia, muitas das vezes, a formação de base em antropologia é combinada com outras temáticas específicas, antropológicas ou não, como a formação em recursos humanos, de gestão, etc.

## **5. O potencial político da antropológica aplicada e o grande desafio ético**

Feita uma análise descritiva de modelos e funções cumpre questionar que desafios éticos suscitam o desempenho destas atividades. As questões éticas, e as suas implicações, são preocupações prementes pois colocam-se a montante e a jusante de qualquer prática antropológica, académica ou aplicada (Laraia, 1994). Todavia, se no quadro académico há um conjunto de normas relativamente estabelecidos sobre a conduta da pesquisa e a divulgação dos resultados, esta matéria é mais complexa em relação aos praticantes da

antropologia fora do quadro acadêmico. Segundo Doughty (2005) as considerações éticas preocupam profundamente os antropólogos pois as responsabilidades são acrescidas tendo presente a proximidade e intimidade como, no contexto da pesquisa, a informação obtida resulta de um relacionamento de confiança.

Quais são então os princípios essenciais da ética antropológica? Podemos distinguir na antropologia a existência de princípios éticos que se cingem à atividade acadêmica e os princípios éticos que se aplicam no contexto da antropologia aplicada? Estes últimos não são uma mera extensão daqueles e pode dizer-se que ambos se influenciaram tendo mesmo a prática antropológica aplicada motivado uma maior flexibilidade no domínio acadêmico.

Segundo Ervin (2000, 30), há quatro princípios essenciais que têm que ser assegurados no desempenho de uma atividade antropológica aplicada são:

1. O consentimento informado
2. O modelo “clínico” de consentimento na informação
3. A confidencialidade e direitos pessoais à privacidade
4. Disseminação do conhecimento

O consentimento informado consiste no princípio de que se assume que a comunidade estudada/analísada deve estar consciente do trabalho em curso, os seus objetivos, quem o solicitou e porquê bem como os riscos e benefícios que dele poderão advir. Como afirma Ervin (2000, 30) “O trabalho antropológico não pode ser clandestino”. Este princípio é dos mais controversos tanto na antropologia acadêmica como na aplicada. O princípio descarta imediatamente determinadas práticas de investigação recorrentes na antropologia acadêmica e na sociologia como a pesquisa encoberta do investigador. É um aspeto crucial pois a resposta da comunidade pode ser determinante na prossecução do trabalho.

Por modelo “clínico” de informação consentida considera-se que em algumas situações é exigido que determinados estudos se realizem tendo por base um contrato legal que vincule antropólogo e cliente face à comunidade em estudo, ou o indivíduo que providencia a informação. São estudos que se baseiam em indivíduos e que por isso seguem de perto os princípios de técnicas de investigação experimental ou clínica. O compromisso assenta em dois tipos de contrato: um explica os objetivos, métodos e plano, o que é esperado dos participantes bem como os riscos e benefícios que estes poderão correr; o segundo documento, muitas vezes elaborado como uma ficha, será preenchido pelo participante que reconhece ter conhecimento dos objetivos, riscos e benefícios da sua participação.

A noção de confidencialidade e direitos pessoais à privacidade é fundamental. O antropólogo deve assegurar que os nomes verdadeiros dos

participantes ou informantes não sejam usados nos relatórios ou publicações por esse facto permitir a identificação da comunidade ou grupo estudado. Esta prática não isenta que a comunidade/organização não seja reconhecida por terceiros, sobretudo se o caso obtiver muita exposição pública. Todavia, é essencial que, a ocorrer essa divulgação pública, a comunidade possa validar esse facto.

A disseminação de conhecimentos é um processo essencial. Ao contrário do estudo académico o trabalho aplicado realizado pelo antropólogo destina-se a ser devolvido não aos seus pares mas às pessoas que serão as beneficiárias do seu estudo. Não deve haver secretismo sobre os resultados da pesquisa e a comunidade deve ter acesso aos resultados do estudo. O próprio antropólogo poderá participar em apresentações/discussões públicas sobre o seu trabalho.

Por sua vez, Willigen (1986, 44) enuncia a privacidade, o consentimento, a utilidade e a comunicação como princípios éticos fundamentais. Embora haja uma continuidade entre os princípios de ambos os autores a noção de *utilidade* empregue por este tem uma relevância semântica particular pois coloca a ênfase na questão: quem lucra com o trabalho? Este enunciado alerta para o facto de ser necessário tornar claro quem é que beneficia com o estudo. Como o autor alerta a informação pode ser usada para controlar pessoas, isto é: conhecimento é poder. Assim, é necessário identificar claramente quem é o cliente e quais são os seus representantes (a existência de subgrupos dentro da comunidade pode levar a uma utilização abusiva de informação) e o que estes pretendem fazer como estudo

Um exemplo atual que ilustra bem este dilema envolve a polémica associada com a utilização de antropólogos pelo exército americano em vários cenários de guerra, como o Afeganistão<sup>5</sup>. Todavia, esta não é uma prática recente, basta para tal relembrar o trabalho já mencionado de Ruth Benedict “O Crisântemo e a Espada”, publicado originariamente em 1946, com a diferença que agora os antropólogos fazem parte direta das unidades de combate.

A formação de associações profissionais de antropólogos vocacionadas para a antropologia aplicada manifesta o crescimento desta área de trabalho. Uma das preocupações de muitas destas organizações foi o estabelecimento de códigos éticos. Apresentam-se de seguida (Quadro 3) dois exemplos de códigos de duas das maiores entidades na área: a *Nacional Association for the Practice of Anthropology* (NAPA)<sup>6</sup> e a *Society for Applied Anthropology* (SFAA)<sup>7</sup>, ambas sedeadas nos Estados Unidos da América:

---

<sup>5</sup> Ver: Globo.com: *EUA recorrem a antropólogos para resolver conflitos no Afeganistão* 05/10/07 <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL145075-5602,00-EUA+RECORREM+A+ANTROPOLOGOS+PARA+RESOLVER+CONFLITOS+NO+AFEGANISTAO.html>

<sup>6</sup> <http://practicinganthropology.org/>

Quadro 3

NAPA	SFAA
Respeitar os direitos humanos e o bem-estar dos grupos afetados por decisões, programas ou pesquisas nas quais os antropólogos tomam parte.	Para com as pessoas que estudamos temos a obrigação de revelar os objetivos, métodos e patrocínio da pesquisa.
A obrigação de informar atempada e perfeitamente os sujeitos de investigação dos objetivos, métodos e patrocínios das atividades.	Para com as comunidades afetadas pelas nossas atividades devemos respeito pela sua dignidade, integridade e valor.
Para com os empregadores há a obrigação de prover competência, eficiência, competências profissionais e técnicas, realizadas atempadamente e comunicadas de uma forma compreensível.	Para com os colegas temos a responsabilidade de não empreender ações que possam impedir as suas atividades profissionais.
Na relação com estudantes ou formandos manter uma atitude séria, justa, não discriminatória e não exploratória.	Para com os nossos estudantes, estagiários ou formandos, temos a obrigação de não discriminar o seu acesso aos nossos serviços.
Para com os colegas, antropólogos e outros, há a responsabilidade de desenvolver o trabalho de forma a facilitar as suas atividades e não comprometer as suas possibilidades de trabalho.	Para com os nossos empregadores e outros patrocinadores devemos apresentar de forma correta as nossas qualificações e desempenhar de forma competente, eficiente e atempadamente os trabalhos solicitados.
Para com a disciplina há a responsabilidade de agir de forma a apresentar a disciplina ao público e a outros profissionais de uma perspectiva favorável.	Para com a sociedade temos a obrigação de providenciar o benefício dos nossos conhecimentos e capacidades em interpretar sistemas socioculturais

Podemos observar nas diferentes formulações os princípios enunciados pelos autores analisados. É interessante a ressalva relativa aos direitos humanos e bem-estar formulada pela NAPA. Obrigações, compromissos e responsabilidade parecem ser os princípios essenciais em relação aos grupos sociais com quem se trabalha, os empregadores, colegas e a sociedade em geral. É evidente que se trata de um guião genérico de princípios. Cada caso concreto tem idiossincrasias próprias que requerem uma abordagem específica e a ênfase num ou noutro dos domínios enunciados. Por último, a postura do antropólogo pode afirmar-se pela simples recusa de desenvolver um trabalho. Para além de questões legais, estas atitudes resultam igualmente de resoluções morais.

<sup>7</sup> <http://www.sfaa.net/>



## 6. Conclusões

De “parente pobre” a um afim reconhecido e legitimado, a antropologia aplicada adquiriu ao longo do século XX um crescente reconhecimento, quer na academia quer na sociedade em geral. A pertinência do saber antropológico aplicado à resolução de problemas sociais, nomeadamente no contexto do desenvolvimento, tem, apesar das críticas (Pereiro.2005; Galán. 2012) um contributo para a regeneração da própria antropologia. A pertinência sociopolítica da prática antropológica no contexto simultaneamente local-global, assim como o interesse teórico-metodológico mútuo continuarão a sustentar a relação entre a(s) antropologia(s), académica – aplicada.

O conceito de antropologia aplicada compreende uma dimensão utilitária, uma vertente prática que emerge em contexto académico para se autonomizar fora do espaço universitário, criando fóruns e associações específicas de antropólogos aplicados. Todavia, é de observar o facto de que permanecem, e talvez mais do que nunca se reforçam, as ligações mútuas entre o mundo académico e a sociedade civil.

O tipo de modelos de trabalho, da pesquisa básica à pesquisa aplicada apresenta diferentes graus de transferência de conhecimento e apoio na tomada de decisões. Se estas são feitas pelas comunidades visadas ou entidades públicas ou privadas é outro domínio de análise. Alguns autores reclamam que os antropólogos deveriam trabalhar exclusivamente com as comunidades visadas, ou pelo menos garantir sempre que estas são salvaguardadas nos seus direitos.

As diversas funções profissionais que um antropólogo pode assumir expressam não só a relevância social da formação de base como a projecção de um conhecimento que lida com a realidade social. Muitas vezes estas diversas funções podem desenrolar-se concomitantemente, desenrolando-se ao longo das fases de envolvimento num projeto.

Os modelos de trabalho e as funções desempenhadas exigem uma responsabilidade ética. É fundamental ter presente que se trabalha com pessoas, para pessoas, e que a salvaguarda dos seus direitos e o respeito da sua Vida é fundamental. São opções éticas que implicam uma prática moral no desempenho do trabalho aplicado e uma responsabilidade social na utilização dos resultados desse trabalho. Não é uma tarefa fácil e exige contínua flexibilidade por parte do antropólogo.

## Bibliografia:

- Baba, Marietta e Hill, Carole. 2006. "What's in the Name 'Applied Anthropology'?" An Encounter with Global Practice". In E. Hill and Marietta L. Baba, Eds.. *The Globalization of Anthropology*. NAPA Bulletin #25. Carole Washington, DC: American Anthropological Association.176-207. Versão online: [www.msu.edu/~mbaba/publications/An%20Encounter%20with%20Global%20Practice\\_final.pdf](http://www.msu.edu/~mbaba/publications/An%20Encounter%20with%20Global%20Practice_final.pdf)
- Benedict, Ruth. 1997. *O Crisântemo e a Espada*. s.l. Editora Perspectiva.
- Campêlo, Álvaro. s.d. *Antropologia Aplicada: razões e práticas*. Versão online: <http://ceaa.ufp.pt/ceaa.htm>
- Chambers, Erve. 1985. *Applied Anthropology A Practical Guide*, Illinois, Waveland Press, Inc.
- Doughty, Paul. 2005. *Learn from the Past, Be Involved in the Future*, Versão online: <http://www4.ncsu.edu/~twallace/ANT411%20Doughty.pdf>
- Ervin, Alexander. 2000. *Applied Anthropology: Tools and Perspectives for Contemporary Practice*, Massachusetts, Allyn and Bacon.
- Foster, George M. 1969. *Applied Anthropology*. Boston: Little, Brown, and Company
- Galán, Beatriz Péres (ed.). 2012. *Antropología y desarrollo – discurso, prácticas y actores*. Madrid. IUDC/Universidad Complutense; Catarata.
- Laraia, Roque de Barros. 1994. *Ética e Antropologia Algumas Questões*. Brasília. Universidade de Brasília. Departamento de Antropologia. Série Antropologia, nº 157.
- Kottak, Conrad. 2007. "Las dimensiones de la antropología". In *Introducción a la antropología*. Versão online: [http://novella.mhhe.com/sites/dl/free/8448156072/513594/Cap\\_Muest\\_Kottak\\_8448156072.pdf](http://novella.mhhe.com/sites/dl/free/8448156072/513594/Cap_Muest_Kottak_8448156072.pdf)
- Pereiro, Xerardo. 2005. "A Antropologia Aplicada e as suas perspectivas", in Pereiro, Xerardo Mendes, Paulo (eds.). *Textos de Antropologia Aplicada.*, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes.
- Pink, Sarah. 2006. *Applications of Anthropology Professional Anthropology in the Twenty-first Century*. London-New York. Berghahn Books.
- Willigen, John Van. 1986. *Applied Anthropology an introduction*, Massachusetts, Bergin & Garvey Publishers, Inc.
- Sousa, Lúcio. 2007. *A Prática da Antropologia – Caderno de Apoio*. Lisboa. Universidade Aberta.